

AÇÃO SOLIDÁRIA

# Primeira-dama Virginia Mendes celebra aniversário com evento solidário:

## 100% da renda será revertida para projetos sociais

Primeira-dama do Estado transforma comemoração em uma grande ação de amor ao próximo, apoiando atletas do jiu-jitsu e o paradesporto

**Confira programação completa na página 5**

Foto: Secom MT

PREJUÍZOS PARA A NATUREZA

## Pesca predatória avança em Mato Grosso e acende alerta sobre risco à biodiversidade

Mesmo após o fim do período de defeso, autoridades seguem combatendo a pesca ilegal nos rios de Mato Grosso; prática coloca em risco a biodiversidade aquática e pode gerar multas e prisão - Pág. 8

Foto: Reprodução

ATUAÇÃO BEM DESENVOLVIDA

## Comprometido com o progresso de Chapada dos Guimarães Gilberto Mello ganha destaque em sua gestão

Vereador mais votado da história do município, Gilberto se destaca por ações sociais, projetos estruturantes e uma gestão próxima da comunidade

**Pág. 5**

Foto: Assessoria

A FAVOR

## Max Russi concorda com posicionamento da procuradoria sobre o fim da emenda bancada

O Deputado declarou que a procuradoria agiu de forma correta e acredita que o julgamento seja muito positivo

**Pág. 4**

Foto: ALMT

DIGNIDADE E REGULARIZAÇÃO

## Cuiabá inicia cadastramento de ambulantes para reorganização do comércio informal no Centro

Ação coordenada pela Prefeitura prevê realocação de trabalhadores para o Shopping Orla e inclui serviços de formalização, orientação e apoio social

**Pág. 7**

Foto: Reprodução





## O uso da IA no sistema judiciário brasileiro tem sido impulsionado pela necessidade de enfrentar a crescente demanda por eficiência e agilidade na prestação jurisdicional



# Os desafios do uso de IA no Sistema Judiciário

A implementação de Inteligência Artificial (IA) no sistema judiciário brasileiro traz significativos avanços, mas também suscita desafios importantes relacionados à ética, à técnica e à adequação jurídica.

O uso da IA no sistema judiciário brasileiro tem sido impulsionado pela necessidade de enfrentar a crescente demanda por eficiência e agilidade na prestação jurisdicional. Sistemas como o "Victor", utilizado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), exemplificam a aplicação prática dessas tecnologias ao realizar uma triagem inicial de processos com base em critérios específicos, agilizando o encaminhamento e análise inicial dos casos.

Apesar dessas inovações, o emprego da IA nas decisões judiciais requer profunda reflexão acerca de suas implicações éticas e jurídicas, exigindo a definição clara de limites e responsabilidades.

A aplicação da IA no judiciário desperta preocupações éticas significativas. Um dos principais pontos é a transparência dos algoritmos utilizados. Decisões judiciais tomadas ou influenciadas por IA podem apresentar riscos caso os critérios utilizados não sejam transparentes ou auditáveis. Tanto é que recentemente, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou um ato normativo que atualizou a Resolução nº 332/2020, dispondo sobre a ética, a transparência e a governança na produção e no uso de IA no Poder Judiciário.

Existe também o risco de reprodução ou amplificação de preconceitos existentes na base de dados, levando à discriminação automatizada em decisões judiciais. Algoritmos baseados em aprendizado de máquina dependem das informações fornecidas, e se estas contiverem vieses, a IA pode perpetuá-los ou intensificá-los.

É fundamental, portanto, assegurar que esses sistemas sejam submetidos a constantes auditorias éticas, garantindo que não comprometam valores fundamentais como a igualdade, a imparcialidade e a justiça.

Além disso, a IA ainda não alcançou a capacidade de lidar adequadamente com nuances jurídicas complexas e situações excepcionais, que frequentemente demandam a sensibilidade e o discernimento humano. O julgamento ético e a interpretação normativa exigem níveis de compreensão contextual que ultrapassam a capacidade atual das máquinas.

Outro aspecto crítico envolve o respeito aos princípios constitucionais do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa. A utilização da IA para decisões automati-

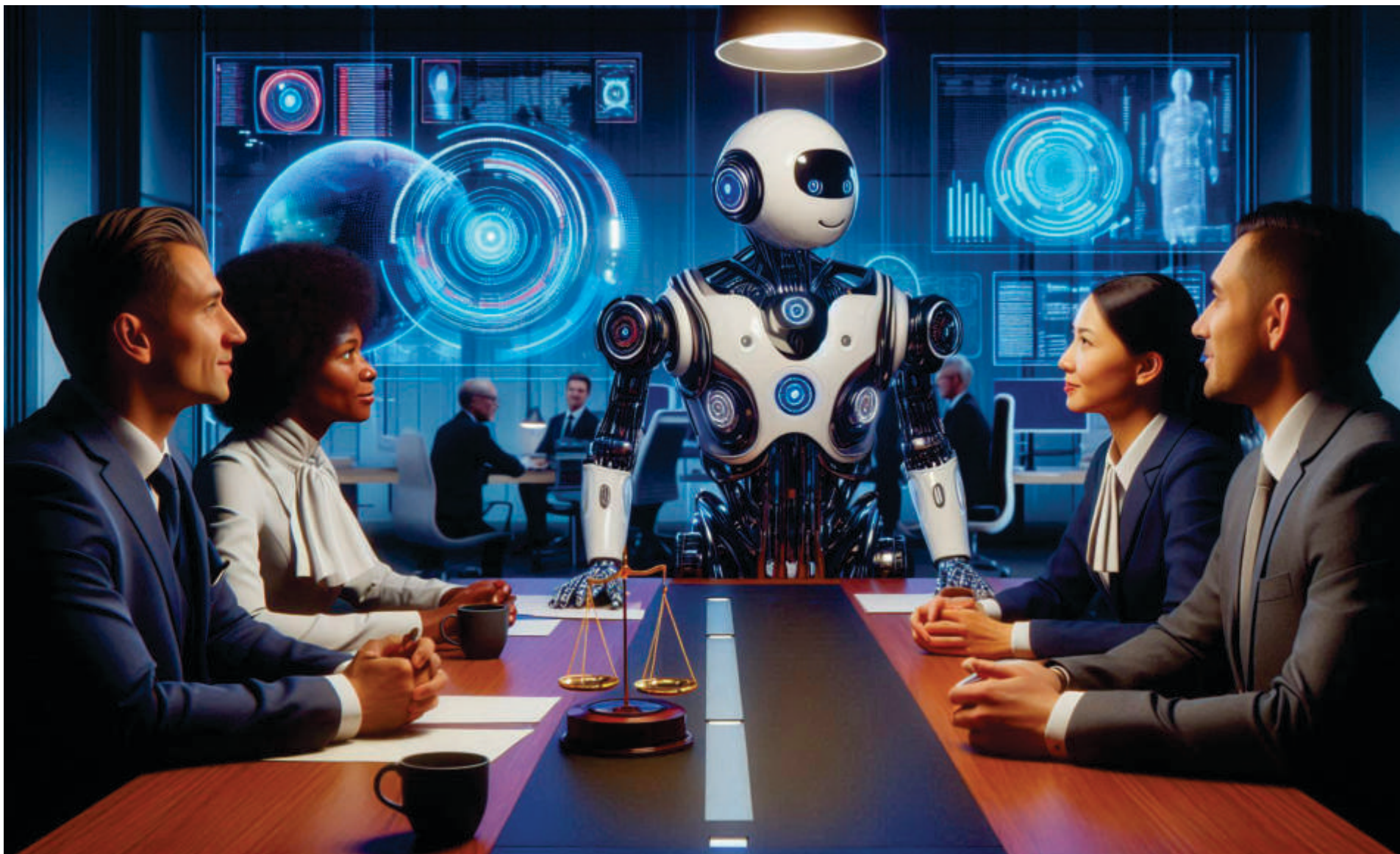


Foto: Imagem criada por Kleber Simioni com IA da Microsoft Design

zadas ou semiautomatizadas deve assegurar aos cidadãos mecanismos eficazes de contestação das decisões.

Para uma implementação responsável da inteligência artificial no judiciário brasileiro, é imprescindível adotar diretrizes claras e abrangentes, tais como protocolos rigorosos de auditoria ética e técnica dos algoritmos, visando identificar e corrigir eventuais vieses ou inconsistências; transparência em todas as etapas do processo decisório; criação de mecanismos jurídicos específicos para responsabilizar claramente erros judiciais derivados do uso inadequado ou falhas da inteligência artificial.

O avanço tecnológico não pode substituir integralmente a discricionariedade humana, essencial para garantir decisões justas e equitativas. Assim, a IA deve ser utilizada como uma ferramenta complementar, visando fortalecer o sistema judiciário sem comprometer os valores fundamentais que o sustentam.

**Dauto Passare**

é advogado e professor universitário

## EDITORIAL

# Junho Vermelho: O Gesto Que Salva Vidas



O mês de junho traz consigo uma cor que carrega um dos maiores símbolos de solidariedade humana: o vermelho. Mais do que o frio do inverno ou as festas juninas, é nesse período que ganha força a campanha Junho Vermelho, dedicada à conscientização sobre a importância da doação de sangue.

Trata-se de uma ação necessária e urgente. Os bancos de sangue enfrentam quedas preocupantes nos estoques, especialmente nos meses mais frios do ano, quando as doações naturalmente diminuem. Enquanto isso, a demanda por sangue permanece constante – seja para cirurgias, tratamentos de doenças crônicas, atendimentos de urgência ou complicações obstétricas.

Doar sangue é um ato simples, seguro e rápido, mas com um impacto incalculável. Uma única doação pode salvar até quatro vidas. E, ain-

da assim, o número de doadores no Brasil representa apenas uma pequena fração da população. A Organização Mundial da Saúde recomenda que entre 3% a 5% da população seja doadora regular. No Brasil, esse número ainda gira em torno de 1,8%.

O Junho Vermelho é, portanto, mais do que uma campanha: é um chamado à empatia, à cidadania, à responsabilidade coletiva. Não exige heroísmo, apenas disposição. É também um momento para derrubar mitos e desinformações que ainda afastam possíveis doadores, como a falsa ideia de que doar enfraquece o corpo, ou que há riscos graves envolvidos no processo.

Cabe aos governos e instituições públicas promover políticas de incentivo e facilitar o acesso aos hemocentros. Mas a mobilização da sociedade é indispensável. Empresas, escolas, universidades, igrejas e ONGs podem, e devem, abraçar a causa, organizando campanhas, eventos e mutirões.

Mais do que um mês de cor vermelha, junho precisa ser lembrado como o mês em que vidas foram salvas por gestos anônimos de generosidade. Que o Junho Vermelho nos inspire não apenas a doar, mas a incentivar, educar e mobilizar.

Porque sangue não se fabrica, se compartilha.

## EXPEDIENTE

**DIRETOR**  
Maykon Milas

**DEPTO COMERCIAL**  
(65) 3052-6030 ou 3052-6031

**FOTOS**  
Assessoria e divulgação

**EDITOR DE ARTE**  
Kleber Simioni

**PAUTA**  
redacaocopopular1@gmail.com  
admcpopular1@gmail.com



**CIRCULAÇÃO**  
Cuiabá, Várzea Grande e baixada

**Cuiabá-MT - CEP: 78.048-487**  
Rua I, Nº 105, Edifício Eldorado Hill Office, sala 24 - Alvorada



PINGA  
FOGO

## Na rua não será uma opção

O prefeito de Cuiabá, Abílio Brunini (PL), afirmou que a prefeitura não permitirá, em hipótese alguma, a permanência de ambulantes na rua 13 de Junho, no Centro da capital, após o dia 5 de junho — prazo final estabelecido pela Secretaria de Ordem Pública para que os trabalhadores desocupem o local. Como alternativa, foi disponibilizado o Shopping Orla, localizado no Porto. Abílio reconheceu a complexidade da retirada dos comerciantes informais, devido à grande concentração desses profissionais na região central, mas reforçou que a medida será cumprida. "Não sei (como está a transição). Por que eu falo não sei? Primeiro, porque nunca é tão simples. A gente fez a notificação, tem uma data, se eu não me engano, dia 5 para poder fazer remoção, mas não se trata só de uma remoção, se trata de restabelecer o pleno funcionamento das nossas calçadas", afirmou o prefeito.

## "Seria um sonho de consumo"



Com a proximidade das eleições gerais do próximo ano e a abertura de duas vagas para o Senado por Mato Grosso, o deputado estadual Dr. João (MDB) declarou que a formação ideal para representar o Estado seria a eleição do governador Mauro Mendes (União Brasil) e da deputada Janaina Riva (MDB). Segundo ele, ambos se destacam entre os possíveis candidatos pela aprovação popular e pelo desempenho político que acumularam ao longo dos mandatos. Dr. João elogiou Mauro, classificando-o como um dos melhores governadores que Mato Grosso já teve, e ressaltou que Janaina, com três mandatos consecutivos, tem trajetória sólida rumo à ascensão em Brasília. "A Janaina, aonde a gente vai, de duas vagas, uma seria dela no Senado. Agora, já pensou que sonho de consumo a gente ter a Janaina e o Mauro Mendes no Senado? Para Mato Grosso seria maravilhoso, duas pessoas inteligentes, bem preparadas, eu, particularmente, penso assim", afirmou o parlamentar.

## Rasgando elogios



Durante reunião da Comissão de Assuntos Sociais, a senadora pelo Distrito Federal, Damares Alves (Republicanos), elogiou enfaticamente o senador Jayme Campos (União Brasil), destacando sua trajetória política e relevância no Congresso Nacional. Na presença de alunos de instituições de ensino privado que visitavam o Senado, Damares classificou Jayme como uma "pérola" da Casa e defendeu que a nova geração de brasileiros deveria valorizá-lo mais. Ela ressaltou a extensa experiência do senador, que já foi prefeito por três mandatos, governador de Mato Grosso e atualmente cumpre seu segundo mandato no Senado. "Nós temos nessa casa pérolas, homens com uma experiência e conhecimento. Acho que os alunos observaram a atuação do senador Jayme Campos. [...] Então, quando chegarem em casa hoje, estudem a vida do senador Jaime Campos, leva ele, professora, para dar uma palestra para os alunos, um homem amado e respeitado em seu estado pelo seu povo", afirmou Damares, sugerindo ainda que o colega percorra o país ministrando palestras para inspirar futuras lideranças.

## Consignados a servidores



Com o objetivo de combater possíveis irregularidades nos empréstimos consignados a servidores públicos, o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT) instaurou uma Mesa Técnica para apurar a questão, com apoio da Polícia Civil, que investiga contratos suspeitos de empresas que realizam esse tipo de serviço com descontos diretos na folha salarial. Em entrevista à imprensa, o presidente do TCE, Sérgio Ricardo, apresentou uma proposta para evitar a "máfia" dos consignados, sugerindo que apenas bancos oficiais, com sedes em Cuiabá, possam realizar esse tipo de operação. De acordo com Sérgio, essa medida garantiria que os servidores pudessem resolver diretamente quaisquer problemas relacionados aos empréstimos, sem a necessidade de recorrer a empresas de fora do Estado. "A nossa proposição é que qualquer empresa e os bancos que forem participar e emprestar dinheiro têm que ter sede em Cuiabá para que o servidor possa, em qualquer dúvida, reclamar, ver diretamente o processo, ter em mãos o processo que assinou. Nós vamos ouvir o servidor, se concordam em retirar todas essas empresas que fazem empréstimos e só emprestar dinheiro em consignado, o Banco do Brasil e os bancos oficiais", afirmou o presidente, ressaltando que a decisão final será tomada pelos próprios servidores.

## Negou participação



A vereadora e primeira-dama de Cuiabá, Samantha Iris (PL), declarou que, caso o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) cumpra a promessa de construir 692 casas populares do programa "Minha Casa, Minha Vida" na capital, ela não participará do palanque durante a visita. Fiel ao bolsonarismo, Samantha afirmou à imprensa que não tem "coragem" para apoiar o presidente, argumentando que a população de Cuiabá não quer sua presença, pois acredita que Lula "não trabalha pelo povo". Segundo a vereadora, para ela, a visita do petista não fará diferença, já que a população está mais preocupada em ver seus problemas resolvidos rapidamente. "Não [participarei]. Não tenho coragem, eu acho que o povo de Mato Grosso sabe quem é que realmente trabalha e faz as coisas aqui. Então, assim, eu acho que se bobear, nem o povo vai querer ir ver ele entregar nada", disse Samantha. Recentemente, a Prefeitura de Cuiabá anunciou a publicação da portaria para o cadastramento de famílias interessadas nas casas, com a previsão de construção e entrega para setembro de 2026.

## NERI GELLER - Ex-deputado federal e ministro da Agricultura e Pecuária

## Geller rebate desgaste político e destaca conquistas no setor agropecuário "é hora de trabalhar"

Em uma conversa franca e repleta de insights, o ex-deputado federal e ex-ministro da Agricultura e Pecuária, Neri Geller, compartilha sua visão sobre os principais desafios e avanços do agronegócio brasileiro, além de refletir sobre sua trajetória política que atravessa diferentes governos e partidos. Geller, que tem se destacado ao longo dos anos pela defesa e promoção da agricultura e da agroindústria, oferece uma análise crítica sobre o cenário atual, abordando questões econômicas, políticas e setoriais de relevância para o futuro do Brasil.

Durante a entrevista, Geller não apenas revisita momentos decisivos de sua carreira, como também comenta sobre suas relações com figuras políticas, como o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, e os impactos das recentes decisões econômicas, como o aumento do IOF e a polêmica envolvendo o leilão do arroz. Além disso, o ex-ministro expõe sua visão de futuro para o agronegócio, ressaltando a importância de políticas públicas que garantam a competitividade do setor, sem abrir mão da responsabilidade fiscal e do desenvolvimento sustentável.

Com uma história marcada por importantes conquistas para o setor agrícola e um olhar atento às transformações do mercado, Neri Geller, nesta entrevista, se revela como uma das figuras mais influentes da política agrária nacional.

“Tenho muito orgulho da minha trajetória. E é importante olhar histórico de todas as lideranças políticas aqui no Estado de Mato Grosso”

■ | Lucas Leite | Da Redação

**Centro Oeste Popular - O senhor tem uma vasta trajetória na defesa do agronegócio. Como o senhor avalia o cenário atual da política voltada para esse setor?**

Neri Geller - Entrei militando na política classista ainda na década de 1980, quando o assentamento do PAA de Reforma Agrária em Lucas do Rio Verde se transformou no município. Foi, essa região se consolidou como uma grande potência agroindustrial. Atuamos de forma firme para organizar o setor aqui no estado de Mato Grosso.

**Centro Oeste Popular - O senhor não teve uma recepção muito calorosa ao chegar aos Republicanos. O deputado Diego Guimarães chegou a afirmar que o senhor teria se arrependido de ter apoiado o presidente Lula nas últimas eleições e, após esse desgaste, acabou voltando atrás. Como o senhor recebeu essa declaração e como fica sua afiliação ao partido diante desse impasse?**

Neri Geller - Tenho muito orgulho da minha trajetória, e é importante olharmos o histórico de todas as lideranças políticas em Mato Grosso. Fui deputado federal em 2006, durante o governo do presidente Lula, quando reestruturamos o crédito agrícola no Brasil, com mais de 80 bilhões de reais. Também aprovamos a biotecnologia, que foi crucial para tornar a agricultura tropical a potência que é hoje. Mato Grosso se destaca como um dos maiores produtores, em parte, graças à aprovação da lei de licenciamento ambiental, que irá desbloquear 150 bilhões de reais em investimentos, gerando emprego, infraestrutura e respeitando o meio ambiente. Também fui relator da lei sobre defensivos agrícolas.

Estou tranquilo quanto à minha decisão de retornar ao Congresso. Acredito que a sociedade já entendeu que a classe política precisa trabalhar para dar resultados à população, independentemente de questões ideológicas de direita ou esquerda. O foco deve estar em resultados concretos.

**Centro Oeste Popular - Na última semana, o aumento da alíquota do IOF pelo governo federal gerou grande preocupação no agronegócio brasileiro. Embora o crédito rural tradicional tenha sido preservado, os impactos diretos e indiretos sobre o setor são significativos. As Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs), que representam uma das principais fontes de financiamento com juros livres para os produtores rurais, estão sob pressão com o aumento da alíquota do IOF para pessoas jurídicas, que passou de 0,38% para 0,95%, com teto de 3,95%. Além disso, cooperativas com operações acima de R\$ 100 milhões por ano também enfrentam um aumento expressivo na alíquota, que passará de 0% para 3,95%. Como o senhor, um dos principais representantes do agronegócio no Congresso e ex-ministro da Agricultura, avalia o impacto desse aumento nas operações de crédito para o setor agropecuário e cooperativas? Quais são os caminhos que o Legislativo pode seguir para mitigar esses efeitos e garantir que o financiamento do agronegócio não seja comprometido, especialmente no período de preparação para a próxima safra?**

Neri Geller - É importante deixar claro que participei do governo e ajudei na eleição do atual governo, mas me arrependo em alguns pontos, pois não vejo a mesma postura que tivemos no passado. Não se trata apenas do aumento do IOF, mas também da falta de responsabilidade com os gastos públicos, o que acaba elevando a taxa Selic e gerando um déficit, levando o governo a procurar formas de aumentar a arrecadação por meio de mais impostos. O que precisamos no Congresso Nacional é o que fizemos no passado. Fui relator da Lei do Licenciamento, correlator da Lei do Fiagro, e também fui responsável por segurar a PEC 42, que estava prestes a ser aprovada no Senado e que acabaria com a Lei Candir. Nós conseguimos construir uma alternativa, com a compensação do FEC sendo regulamentada, o que foi um trabalho fundamental.

Hoje, as taxas de juros para empresários e produtores são altíssimas e, com o aumento do IOF, a situação se torna ainda mais desastrosa. Precisamos, no Congresso, adotar uma postura de responsabilidade fiscal, gastando menos, inclusive com as emendas. É importante que se tenha um posicionamento firme sobre isso, e eu sempre tive, o que me dá legitimidade para defender essas ideias. A questão não é apenas o IOF, mas também fortalecer o financiamento da agricultura e da agroindústria em dólar, com a captação de recursos no mercado internacional. O governo tem um papel importante nisso, pois oferece renúncia fiscal. Precisamos também fortalecer o Fiagro, uma ferramenta de crédito privado que permite ao Tesouro Nacional não precisar equalizar as taxas de juros e outras operações como as ACCs. Essa questão do IOF é algo com o qual sou completamente contra, e já tive posições firmes sobre isso. O Estado precisa ser mais eficiente. A participação do governo brasileiro na economia é fundamental para fazer investimentos e realizar obras que tragam retorno, mas deve ser feita de forma mais enxuta.

**Centro Oeste Popular - O leilão do arroz gerou grande repercussão e dividiu opiniões. Diante desse cenário, como o senhor avalia a atuação do ministro Fávaro nesse episódio?**

**E, mais especificamente, como está a relação entre o senhor e o ministro neste momento?**

Neri Geller - É um assunto que eu abordo com tranquilidade e gosto de falar sobre ele. Em todas as entrevistas, e respondendo à sua curiosidade, você pode conferir o parecer da CGU no site, que mostra, primeiro, que o leilão foi público. A participação das empresas que tanto se criticam estava habilitada, e elas tinham cinco dias para apresentar a garantia real, seja por carta de fiança ou depósito. Se não tivessem as garantias, seriam desabilitadas automaticamente. Isso é o que define um leilão público.

Eu sei que você está me perguntando sobre um ex-assessor meu que estava habilitado e participou como corretor. O Robson, que é advogado, trabalhou comigo até 2020. Ele participou, e eu não sabia disso. Não tenho problema nenhum em falar sobre isso. Ou vocês acham que eu sou bobó a ponto de não perceber isso? Ainda mais em um leilão tão polêmico como foi, e no qual fui radicalmente contra, todos sabem disso. O arroz, por exemplo, que vendíamos por R\$120, gerava inflação. Naquele momento, apresentamos dados mostrando uma super safra. O Centro-Oeste estava com 30% de aumento na produção e o Mato Piba, com 25%. O Rio Grande do Sul, maior produtor, crescia 8%, apesar da seca, o que resultou em uma perda de apenas 5%. Por isso, fui contra.

Quanto ao ministro Fávaro, prefiro me abster de comentários mais profundos, pois ajudei a colocá-lo lá. Ele cometeu um erro, e o governo federal cometeu um erro político. Tentar importar arroz, um milhão de toneladas, em um universo de consumo mundial de 780 milhões de toneladas, é como tentar enxugar gelo. O preço do arroz é globalizado, não adianta. Importar um milhão de toneladas não faria diferença. Essa foi a minha posição nas reuniões da Casa Civil e também publicamente. Então, é um assunto tranquilo para mim.

Sobre a confiança, eu não sei responder, pois é uma questão mais política. O Mato-grossense precisa de um representante da nossa terra em um ministério tão importante. Naquele episódio, o ministro foi injusto comigo, não foi leal e cometeu um erro político. Se tivesse ouvido a equipe técnica, se o presidente estivesse melhor informado, esse erro teria sido evitado. Hoje, o arroz, que estava a R\$117, quase R\$120, está sendo comercializado por R\$76, o que tem gerado deflação, inclusive em alguns itens da cesta básica, como o arroz. Na minha visão, os R\$7 bilhões que foram destinados à importação de arroz deveriam ter sido utilizados em programas de equalização de crédito, para estimular o médio produtor a plantar cebola, feijão, batata, produtos que poderiam ajudar a melhorar a cesta básica. Foi um grande equívoco, algo que, lá atrás, eu jamais teria feito. Sempre cuidei da agricultura, e quando estive à frente da Secretaria de Política Agrícola, jamais abri mão disso. E continuo sendo assim.

Agora, sobre o Fávaro, desejo que ele faça um bom trabalho. Acho que ele tem aproveitado algumas nuances, como o espaço gerado pela China e o impacto das políticas comerciais dos Estados Unidos, o que acaba sendo positivo para o Brasil. O governo tem, neste momento, estimulado a relação comercial com a China. Irã e outros países grandes consumidores, e isso tem trazido benefícios para o país. Ele está fazendo um bom trabalho nesse aspecto, e eu espero que continue assim. Quanto a isso, se ele for bem no Ministério da Agricultura, Mato Grosso e o Brasil também sairão ganhando.



A FAVOR

# Max Russi concorda com posicionamento da procuradoria sobre o fim da emenda bancada

**O Deputado declarou que a procuradoria agiu de forma correta e acredita que o julgamento seja muito positivo**

■ I Maria Cardoso I Da Redação

Após ser questionado sobre a decisão da Procuradoria, que se posicionou de forma contrária em relação às emendas de bancada, o deputado Max Russi declarou que a atuação foi correta. Segundo ele, a Procuradoria está muito bem preparada e agiu corretamente ao se posicionar sobre o fim das emendas. Max também afirmou acreditar que o julgamento será bastante positivo.

O deputado também comentou sobre o tema dos empréstimos consignados, assunto que tem gerado grande repercussão nos últimos dias devido à investigação sobre possíveis abusos e prejuízos aos direitos dos servidores públicos em contratos firmados com a empresa Capital Consig. Ao ser questionado sobre o decreto do Estado de Mato Grosso que suspende as atividades da Capital Consig — medida tomada após reunião na Assembleia Legislativa —, onde alguns deputados defendem a ampliação da suspensão para outras empresas, Max declarou:

“É importante que o decreto seja votado. Ele já estava na nossa pauta e a votação já estava definida. Inclusive, dei entrevista falando sobre isso. Não sei se será aprova-



Foto: ALMT

**O deputado também comentou sobre o tema dos empréstimos consignados, assunto que tem gerado grande repercussão nos últimos dias devido à investigação sobre possíveis abusos e prejuízos aos direitos dos servidores**

do ou reprovado, mas irá para votação. Quanto à possibilidade de estender a medida a outros bancos, basta que algum deputado proponha uma emenda ao projeto ou apresente um novo decreto.”

O parlamentar também destacou que o tema tem preocupado diversos deputados,

especialmente em razão das possíveis ilegalidades que precisam ser investigadas, de modo a evitar prejuízos à Assembleia Legislativa e garantir o bom funcionamento do Parlamento.

O Tribunal de Contas do Estado (TCE) realizou uma reunião com sua equipe técni-

ca, e há a expectativa de que uma investigação sobre o caso seja oficialmente instaurada. Caso contrário, Max acredita na possibilidade de abertura de uma CPI, mas, por ora, considera mais adequado conceder um voto de confiança ao Tribunal de Contas.

O deputado também foi questionado sobre o afastamento do secretário Basílio, envolvido na polêmica sobre fraudes na concessão de empréstimos consignados. Ele afirmou:

“Acho que ele participar como coordenador da investigação não é correto. O governo precisa rever essa decisão e montar uma nova equipe. Há muitas suspeitas que precisam ser devidamente apuradas.”

No dia 5, o PSDB promoverá um evento de âmbito nacional para discutir a fusão e criação de um novo partido, com nova numeração. Ao ser questionado sobre sua participação, Max negou que comparecerá e declarou esperar que o processo avance.

“Esperamos que a fusão avance. Acredito que é importante os partidos buscarem se unir, seja por meio de federação ou fusão, para aumentar sua representatividade, tanto em Brasília quanto nas assembleias estaduais.”

Max também destacou que a união entre MDB e PSDB fortalece os partidos e seus respectivos grupos políticos.

Por fim, o deputado ressaltou a importância da renovação da concessão da Energisa para a distribuição de energia elétrica em Mato Grosso — tema proposto pelo deputado Wilson Santos.

A audiência pública foi solicitada por meio do Requerimento n.º 104/2025, com o objetivo de avaliar a atuação da empresa Energisa, analisando os pontos críticos e positivos do serviço prestado.

CONTROLE E TRANSPARÊNCIA

## Deputado Lúdio Cabral defende suspensão de convênios com financeiras e afirma que CPI dos consignados pode ser instalada se novas irregularidades forem confirmadas

**Após denúncias e suspensão de descontos, Assembleia avalia medidas para proteger servidores de superendividamento**



Foto: Marcos Lopes/ALMT

**Lúdio também afirmou que, embora a instalação de uma CPI ainda não esteja na pauta, essa possibilidade não está descartada**

■ Ana Carolina Guerra I Da Redação

Durante reunião do Colégio de Líderes na Assembleia Legislativa, o deputado estadual Lúdio Cabral (PT) detalhou as medidas em discussão para enfrentar os problemas envolvendo os empréstimos consignados de servidores públicos no estado. Segundo o parlamentar, o tema central do encontro foi o convênio com a empresa Capital Consig, alvo de diversas denúncias por parte de sindicatos e servidores.

“Foi a pauta central da reunião que fizemos no Colégio de Líderes, para debater quais ferramentas e encaminhamentos a Assembleia irá adotar em torno desse tema. Um exemplo é uma empresa chamada Cartos, que trabalha com cartão de crédito. Vamos levantar todas essas instituições para incluí-las no decreto legislativo e, posteriormente, votar a suspensão desses convênios. Além disso, vamos intensificar o nosso diálogo com o Tribunal de Contas do Estado, na mesa técnica que foi instalada anteontem para tratar da questão dos consignados e acompanhar as medidas que o Poder Executivo está tomando”, afirmou Lúdio.

Durante a reunião dos parlamentares, um dos pontos debatidos foi um projeto de decreto legislativo do deputado estadual Wilson Santos (PSD), que solicita a suspensão do convênio com a Capital Consig. No entanto, Cabral, destacou que novas denúncias apontam problemas também em outras instituições financeiras,

que atuam com cartão de crédito consignado. Diante disso, a proposta é ampliar o decreto legislativo para abranger todas essas instituições antes da votação final.

Em busca de resolver o problema de forma eficaz, o deputado também mencionou a criação de uma mesa técnica para tratar da questão e o anúncio feito no Diário Oficial do Estado da suspensão dos descontos em folha relacionados à Capital Consig. Ele classificou essa decisão como “uma primeira vitória” dos servidores e sindicatos na luta contra o superendividamento. Lúdio também afirmou que, embora a instalação de uma CPI ainda não esteja na pauta, essa possibilidade não está descartada.

“Na medida em que esse processo avançar e surgirem fatos que reforcem a gravidade desse tema, a CPI poderá ser instalada. Sem problema nenhum. Não tenho nenhuma dificuldade em apresentar o requerimento de CPI. Agora, a minha postura sempre, nos meus mandatos, foi a de utilizar esse instrumento quando ele, de fato, for necessário”, declarou o deputado.

A Assembleia seguirá acompanhando as ações do Executivo e discutindo mudanças na legislação sobre empréstimos consignados, como a limitação de instituições autorizadas e a revisão de percentuais destinados a fundos estatais, com o objetivo de proteger os servidores públicos de práticas abusivas.

POR MAIS SEGURANÇA

## “A arma coloca a mulher na mesma posição que o seu atacante”, defende Cattani sobre porte de arma para mulheres

**Projeto apoiado por Gilberto Cattani autoriza porte de arma para mulheres com medida protetiva; parlamentar afirma que proposta pode salvar vidas e critica impunidade em casos de violência doméstica**



Foto: ALMT

■ Ana Carolina Guerra I Da Redação

O Projeto de Lei 3272/2024, de autoria da senadora mato-grossense Rosana Martinelli (PL-MT), reacendeu o debate sobre o direito à legítima defesa das mulheres em situação de violência. A proposta, que tramita no Congresso Nacional, busca alterar o Estatuto do Desarmamento para autorizar o porte de arma de fogo a mulheres que estejam sob medida protetiva de urgência, mediante o cumprimento de critérios técnicos e legais.

Em Mato Grosso, a iniciativa tem o apoio do **deputado estadual Gilberto Cattani (PL)**, que considera a proposta fundamental para garantir meios de autodefesa às vítimas de violência doméstica. Em entrevista, o parlamentar demonstrou otimismo quanto à aprovação da matéria no Legislativo.

“Acredito que vai ser aprovado com tranquilidade, até porque 100% dos deputados sempre falaram sobre essa questão da violência contra a mulher, e todos se colocaram veementemente contra esses crimes que são cometidos na sociedade de Mato Grosso”, afirmou.

Cattani, que assumiu pautas voltadas à segurança e proteção da mulher após viver uma tragédia familiar, em que perdeu a filha, vítima de feminicídio, defendeu o projeto como parte de uma atuação contínua em defesa da vida das mulheres. O parlamentar reforça que se sua filha estivesse armada, poderia se defender e evitar tragédias.

Segundo o deputado, o projeto está na Assembleia desde o início de seu mandato e reforça um posicionamento que ele já defende há anos. Ele argumenta que a arma apresenta o único instrumento capaz de colocar a mulher em condição de igualdade com seu agressor, sendo, em suas palavras, um meio contínuo de defesa do ser huma-

no que, em sua visão, deveria ser garantido como um direito.

A proposta estabelece que, para obter o porte de arma, a mulher deverá apresentar certidões negativas de antecedentes criminais, atestados de capacidade técnica e aptidão psicológica. Caso a medida protetiva seja revogada, a mulher deverá manter a arma exclusivamente em sua residência ou local de trabalho, desde que seja a titular ou responsável legal pelo estabelecimento.

Além disso, Gilberto aproveitou o momento, para comentar sobre a recente mudança no Código de Ética da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), que impede que indivíduos condenados por crimes de violência contra a mulher assumam cadeiras no parlamento estadual. Para o deputado, essa medida é necessária para preservar a integridade da Casa. “Criamos a Procuradoria da Mulher na Assembleia Legislativa, e de repente você pode ter alguém que vá assumir uma cadeira que tenha cometido esse crime. Isso não é aceitável. Fizemos essa regulamentação para evitar esse tipo de contradição”, pontuou.

O parlamentar também comentou um caso recente que chocou o estado: o assassinato de uma mulher pelo próprio companheiro, seguido de suicídio. Para ele, o episódio escancarou a realidade de uma sociedade adoecida, que clama por respostas urgentes e políticas públicas eficazes. O deputado classificou o crime como bárbaro e impensável, destacando que é reflexo de um contexto social gravemente comprometido. Em sua avaliação, é essencial que os autores desses atos sejam devidamente punidos, mas também é urgente buscar formas de prevenção, mesmo reconhecendo a complexidade do tema e os desafios que ele impõe.



AÇÃO SOLIDÁRIA

# Primeira-dama Virginia Mendes celebra aniversário com evento solidário: 100% da renda será revertida para projetos sociais

## Primeira-dama do Estado transforma comemoração em uma grande ação de amor ao próximo, apoiando atletas do jiu-jitsu e o paradesporto

■ | Lucas Leite | Da Redação

A primeira-dama de Mato Grosso, Virginia Mendes, vai comemorar seu aniversário de forma especial e solidária este ano. O evento, intitulado “Aniversário do Bem”, será uma grande celebração da vida e da generosidade, com 100% da renda revertida para projetos sociais que transformam realidades por meio do esporte e da inclusão.

A festa contará com shows de artistas renomados como Leo Chaves, Pescuma, Henrique e Claudinho, Tiago Roseno, Adrya Almeida e Banda Bis, que prometem emocionar o público com música e energia positiva. Mais que uma comemoração, o evento pretende deixar um legado de apoio e cuidado com quem mais precisa.

Dois projetos transformadores serão beneficiados, toda a arrecadação será destinada a duas iniciativas de impacto social direto:

Associação Mato-Grossense de Jiu-Jitsu Paradesportivo, com sede em Barra do Garças, que atende crianças e adolescentes com deficiência, promovendo a inclusão e o desenvolvimento por meio do esporte. O projeto é liderado por Elcirley Silva, referência no paradesporto mato-grossense.

Felipe Leonardo, jovem promessa do jiu-jitsu mato-grossense, campeão Pan-Americano 2025, que iniciou sua trajetória em um projeto social e hoje leva o nome do estado aos pódios internacionais.

“O maior presente da primeira-dama é ver vidas sendo transformadas. Essa é uma festa



A festa contará com shows de artistas renomados como Leo Chaves, Pescuma, Henrique e Claudinho, Tiago Roseno, Adrya Almeida e Banda Bis, que prometem emocionar o público com música e energia positiva

com propósito, que vai muito além da celebração pessoal”, destaca a organização do evento.

**Ingressos e modalidades**

Os ingressos já estão à venda pela plataforma [www.blackticket.com.br](http://www.blackticket.com.br), e o público poderá escolher entre três categorias para participar da noite solidária:

Mesa (6 lugares) – R\$ 3.500  
Camarote (10 pessoas) – R\$ 4.000  
Área VIP individual – R\$ 400

Virginia Mendes, que tem forte atuação social junto ao Governo do Estado, tem se destacado por iniciativas voltadas à proteção de famílias vulneráveis, mulheres e pessoas com deficiência. Com o "Aniversário do Bem", ela reforça seu compromisso com as causas sociais e transforma sua data especial em uma oportunidade de mobilização coletiva.

A expectativa é que o evento não apenas arrecade recursos, mas também inspire mais pessoas a se engajarem em ações de solidariedade e transformação social.

“Vamos fazer juntos um aniversário que vai marcar vidas”, é o lema da campanha, que já mobiliza apoiadores e autoridades de todo o estado.



ATUAÇÃO BEM DESENVOLVIDA

## Comprometido com o progresso de Chapada dos Guimarães Gilberto Mello ganha destaque em sua gestão

Vereador mais votado da história do município, Gilberto se destaca por ações sociais, projetos estruturantes e uma gestão próxima da comunidade

■ Da Redação

O **vereador Gilberto Mello (PL)** tem se destacado em Chapada dos Guimarães por sua atuação comprometida com o desenvolvimento do município e o bem-estar da população. Com uma trajetória política sólida, marcada por mais de duas décadas de serviço público, Mello foi o vereador mais votado da história da cidade, recebendo 866 votos nas eleições municipais de 2024.

Demonstrando sensibilidade social, Gilberto Mello doou seu primeiro salário como vereador à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Chapada dos Guimarães, instituição que atende cerca de 40 crianças e jovens com deficiência. Esse gesto foi amplamente elogiado pela comunidade e reforça seu compromisso com causas sociais.

Como secretário de Governo e, posteriormente, assumindo interinamente a Secretaria de Cultura, Mello tem liderado projetos significativos para o município. Entre eles, destacam-se a execução do Parque da Quineira, o Parque do Olho d'Água e a construção do Centro de Artesanato Cultural e Gastronômico. Além disso, tem buscado recursos para obras como a piscina municipal e a organização de eventos tradicionais, como o Carnaval, Festival de Inverno, Natal Luz e Réveillon.

Na Câmara Municipal, Gilberto Mello ocupa posições estratégicas em comissões perma-



Foto: Assessoria

nentes. É secretário da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização e relator da Comissão de Educação, Saúde, Assistência Social e Meio Ambiente. Sua atuação nessas comissões é fundamental para a análise e emissão de pareceres sobre projetos de lei e outros assuntos de competência legislativa.

Em entrevistas, Mello tem destacado a importância de áreas como turismo, educação, saúde e segurança para o desenvolvimento de Chapada dos Guimarães. Defende a participação ativa da população nas decisões políticas e propõe iniciativas como o “Gabinete Itinerante Gilberto Mello” para aproximar ainda mais o Legislativo da comunidade.

A trajetória de Gilberto Mello reflete um político comprometido com o progresso de Chapada dos Guimarães, sempre buscando soluções que atendam às necessidades da população e promovam o desenvolvimento sustentável do município.

PROTEÇÃO A MULHER

## Vereadora Maria Avalone propõe audiência pública para discutir falhas no atendimento às mulheres vítimas de violência em Cuiabá

Audiência proposta discutirá a centralização do atendimento às mulheres vítimas de violência em Cuiabá e a falta de estrutura nos serviços de acolhimento

■ | Lucas Leite | Da Redação

A **vereadora Maria Avalone (PSDB)**, presidente da Comissão dos Direitos da Mulher na Câmara Municipal de Cuiabá, anunciou a realização de uma audiência pública no dia 11 de junho, às 15h, para debater a centralização do atendimento às mulheres vítimas de violência e o fechamento de salas especializadas em outras regiões da capital.

A medida, segundo Avalone, surge a partir de denúncias sobre a precarização do atendimento no Hospital Municipal de Cuiabá (HMC), especialmente após o encerramento de unidades descentralizadas, como as existentes anteriormente em UPAs e em bairros mais distantes como o Pedra 90. A promotora de Justiça Cláudia, responsável por formalizar a denúncia, participará da audiência.

“É um absurdo o que está acontecendo. Recebo muitas ligações de mulheres pedindo ajuda. Estamos vendo mulheres sendo assassinadas, famílias destruídas, crianças órfãs, e nada de concreto é feito”, afirmou a vereadora, emocionada.

Maria Avalone visitou o HMC e reconheceu que, embora a estrutura física seja adequada, há falta de profissionais para o acolhimento das vítimas. “Vi que faltam pessoas para cuidar das crianças enquanto as mães estão sendo atendidas. Muitas vezes, essas crianças também são vítimas, e não há quem cuide delas naquele momento”, relatou.

A vereadora também destacou casos chocantes, como o de uma mulher ensanguentada que, após ser agredida, não conseguiu transporte por aplicativo até o HMC por conta do seu estado. “Ela foi rejeitada por um Uber porque estava ensanguentada. Isso é inaceitável. Precisamos descentralizar o atendimento, criar pontos de apoio em toda a cidade: leste, sul, oeste. Cada mulher precisa de acolhimento próximo, rápido e digno”.

Além da promotora, foram convidados para a audiência representantes da Secretaria Mu-



Foto: Assessoria

nicipal da Mulher, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Segurança Pública, e assistentes sociais da Prefeitura. Todos os vereadores da casa também estão sendo convocados para participar.

Avalone revelou ainda que está solicitando uma audiência com o governador Mauro Mendes. “Não podemos enfrentar isso sozinhas. Nós, mulheres, precisamos do apoio dos homens, do governo. A pauta com o governador será justamente o reforço no combate à violência contra a mulher e mais investimentos em estrutura para a cidade”, declarou.

Durante a entrevista, a vereadora também abordou a necessidade de melhorias nos bairros da capital. “Enquanto nossas ruas estiverem escuras, calçadas esburacadas, praças abandonadas e sem opções de esporte gratuito para as crianças, vamos continuar vulneráveis. A cidade precisa ser cuidada. Cuiabá precisa virar um canteiro de obras”, defendeu.

Maria Avalone reforça que o debate é urgente e precisa ir além das palavras. “Não basta indignação. Precisamos de ações, políticas públicas efetivas e compromisso real com a vida das mulheres cuiabanas”, finalizou.





# Giuliana Altimari

65 9.9641-0281  
giu.megapop@gmail.com

*Frases* Que a felicidade seja nosso guia. Cigana Sarita



ESTÁ COLUNISTA CELEBRANDO A FESTA DE SANTA SARA KALI

Devoção Cigana

Para os ciganos, Santa Sara não é apenas uma figura auxiliar das «Marias», mas uma santa por si só, poderosa, protetora dos pobres, dos viajantes e dos excluídos. É celebrada especialmente nos dias

24 e 25 de maio, com uma grande peregrinação a Saintes-Maries-de-la-Mer. Milhares de ciganos e devotos de várias partes da Europa e do mundo se reúnem para celebrar sua festa, que inclui procissões, músicas e rituais à beira-mar.

Centro Espírita Nossa Senhora do Carmo e Centro Espírita São Francisco de Assis e Santa Sara Kali realizaram a 12 festa em homenagem a essa santa tão amada e querida. Santa Sara Kali é uma figura reverenciada especialmente pelos povos ciganos e considerada a santa padroeira do povo cigano. Sua história mistura elementos históricos, religiosos e lendários, sendo cercada de mistério e fé. Santa Sara Kali: Origens e Nome

«Sara» é um nome de origem hebraica que significa «princesa».

«Kali» significa «negra» em sânscrito e também pode remeter à sua aparência, representando a pele escura de Santa Sara.

Ela é muitas vezes associada a tradições orientais e ciganas e, em alguns relatos, vinculada à cultura hindu. Lenda Cristã da Chegada à Gália

Segundo a tradição católica popular, principalmente no sul da França:

Após a crucificação de Jesus, vários seguidores próximos Dele foram perseguidos e colocados em embarcações sem leme para serem lançados ao mar.

Entre eles estariam Maria Madalena, Maria Salomé e Maria Jacobe.

Elas teriam desembarcado em Saintes-Maries-de-la-Mer, na região da Camarga, sul da França.

Sara Kali, segundo a lenda, seria uma serva ou companheira dessas mulheres «uma egípcia ou africana de pele escura» que ajudou a guiar a embarcação até a costa.





DIGNIDADE E REGULARIZAÇÃO

# Cuiabá inicia cadastramento de ambulantes para reorganização do comércio informal no Centro

**Ação coordenada pela Prefeitura prevê realocação de trabalhadores para o Shopping Orla e inclui serviços de formalização, orientação e apoio social**

■ Ana Carolina Guerra | Da Redação

Neste mês de maio, iniciou, na Praça da República, o cadastramento oficial dos comerciantes ambulantes que atuam na região central de Cuiabá, especialmente na Rua 13 de Junho e entorno do Centro Histórico. A iniciativa faz parte do programa Ambulantes em Ordem, coordenado pela Secretaria Municipal de Ordem Pública (Sorp) e pela Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico (SMTur), com o apoio de diversas instituições. A ação tem como principal objetivo reorganizar o comércio informal, garantindo dignidade aos trabalhadores e promovendo a ocupação regular de espaços públicos.

A proposta da Prefeitura é realocar os ambulantes para o Shopping Orla, localizado no bairro Porto, que atualmente possui cerca de 70 boxes disponíveis. Segundo o secretário de Turismo e Desenvolvimento Econômico, Fernando Medeiros, os boxes estão sendo reformados e serão destinados aos trabalhadores cadastrados após análise socioeconômica individual. Ele explica que a Prefeitura busca compreender o perfil de cada comerciante informal, verificando, por exemplo, o tipo de produto comercializado, se o trabalhador já possui estrutura de negócio e qual é a sua situação familiar e de renda.

O cadastramento teve início no dia 26 de maio e encerrou no dia 30. A partir de 5 de junho, os ambulantes cadastrados iniciarão o processo de transição para o Shopping Orla. Os que forem contemplados receberão uma autorização temporária válida por três meses. Após esse período, haverá nova avaliação, com exigência dos mesmos critérios atualmente aplicados aos permissionários. A autorização temporária, portanto, não garante permanência definitiva no local.

A região do Porto, que abriga o Shopping Orla, está inserida em um projeto de requalificação urbana e cultural da gestão municipal. O plano inclui a integração com o Mercado do Porto, o Museu do Rio e a Vila Cuiabana, com foco no desenvolvimento econômico, fortalecimento do turismo e cri-

Foto: Reprodução



O cadastramento oficial dos comerciantes ambulantes que atuam na região central de Cuiabá, especialmente na Rua 13 de Junho e entorno do Centro Histórico. A iniciativa faz parte do programa Ambulantes em Ordem, coordenado pela Secretaria Municipal de Ordem Pública (Sorp) e pela Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico (SMTur)

ação de novas oportunidades para os comerciantes locais. Aos domingos, a região conta com tarifa gratuita no transporte coletivo, o que tem contribuído para atrair turistas e moradores.

Durante o período de cadastramento, diversas instituições parceiras também estão oferecendo serviços essenciais. A Pastoral do Imigrante presta apoio à regularização documental de trabalhadores estrangeiros; o Sebrae auxilia na abertura de Microempreendedores Individuais (MEI) e orientação empresarial; e o Sine faz a intermediação de vagas no mercado formal. A Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência também participa da ação, com orientações sobre o programa Bolsa Família e outros benefícios sociais. A partir de 27 de maio, a Secretaria da Mulher pas-

sou a integrar a força-tarefa, com atendimentos e orientações voltadas especialmente às mulheres empreendedoras.

Além disso, a secretária de Ordem Pública, Juliana Chiquito Palhares, reforçou que a iniciativa é parte de uma política pública estruturada que visa garantir mais inclusão, dignidade e oportunidade para os trabalhadores informais. Ela também destacou que, paralelamente ao cadastramento, foi emitida a Notificação Pública nº 003/2025, com prazo de 10 dias para retirada voluntária das estruturas móveis e desocupação imediata das áreas públicas ocupadas de forma irregular. A fiscalização será intensificada após o fim desse prazo.

A ocupação desordenada das calçadas tem sido alvo de constantes reclamações da população, especialmente de pessoas com deficiên-

cia, além de comerciantes formais da região. Por isso, a ação atende também a uma recomendação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MPMT), que solicitou providências da Prefeitura para garantir o cumprimento das normas urbanísticas e o ordenamento do espaço público.

O cadastramento e a futura realocação fazem parte de uma estratégia mais ampla da Prefeitura de Cuiabá para transformar a região central em um ambiente mais organizado, seguro e acessível, sem deixar de lado a atenção às necessidades sociais e econômicas dos trabalhadores informais. A expectativa da gestão municipal é que a transição para o Shopping Orla represente não apenas uma mudança de local, mas uma oportunidade de crescimento e formalização para dezenas de empreendedores cuiabanos.

BUSCA POR SOLUÇÃO

## Presidente da Câmara de Cuiabá denuncia coleta irregular de lixo e critica retirada de ipês plantados em homenagem a vítimas de feminicídio

**Parlamentar aponta falhas da gestão municipal em serviços essenciais**

■ Maria Cardoso | Da Redação

A presidente da Câmara Municipal de Cuiabá, vereadora Paula, se pronunciou nesta semana sobre uma série de problemas enfrentados pela população da capital mato-grossense. Em destaque, ela abordou a coleta irregular de lixo no bairro Piavá e a polêmica retirada de ipês plantados em homenagem a mulheres vítimas de feminicídio.

Segundo a parlamentar, moradores têm denunciado a precariedade na coleta de resíduos. Vídeos enviados à vereadora mostram caminhões de lixo recolhendo parte dos materiais e deixando o restante nas calçadas. As imagens foram encaminhadas ao secretário municipal de Serviços Urbanos, Felipe de Latom, que, de acordo com Paula, se comprometeu a averiguar o caso pessoalmente. Um prazo de 30 dias foi concedido à empresa responsável para regularizar o serviço.

“Recebi vídeos de munícipes mostrando que os coletores retiram apenas parte do lixo. Assim que tomei conhecimento, encaminhei o material ao secretário, que afirmou estar indo verificar a situação”, relatou.

Outro ponto que gerou indignação foi a retirada de ipês plantados em um terreno privado como forma de homenagem a vítimas de feminicídio. A presidente criticou a falta de comunicação com os familiares e classificou a medida como um erro grave.

“O parque deveria ter informado as famílias antes de tomar qualquer atitude. Além disso, deveria ter providenciado o replantio em outro local, como no Parque da Família”, afirmou.

O Parque da Família foi escolhido para abrigar 64 mudas de ipês roxos, que representa uma iniciativa simbólica e comovente em lembrança e homenagem às mulheres vítimas de feminicídio em Mato Grosso. A definição do local foi acordada pela Prefeitura de Cuiabá, atra-

Foto: Câmara de Cuiabá



vés da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Smurb) e o Ministério Público.

Na oportunidade, o secretário de Meio Ambiente, José Afonso Portocarrero e a coordenadora do Núcleo das Promotorias de Justiça Especializadas no Enfrentamento da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Capital, a promotora de Justiça Claire Vogel Dutra visitaram o espaço e definiram que as mu-

das serão plantados próximos ao lago, no dia 04 de junho.

Nos números de mudas que serão replantadas, 47 ipês correspondem as mulheres mortas em 2024 e, os outros 17, das vítimas de 2025, conforme a última atualização dos dados.

Parte deles, 54, ocupavam uma área na segunda etapa do Parque Tia Nair, mas por aderir 70 cm de uma propriedade particular pre-

Segundo a parlamentar, moradores têm denunciado a precariedade na coleta de resíduos. Vídeos enviados à vereadora mostram caminhões de lixo recolhendo parte dos materiais e deixando o restante nas calçadas

cisaram ser remanejados de lá para o Horto Florestal Tote Garcia, onde estão sob cuidados e aguardando o replantio. Com a definição do espaço, vão colorir num futuro bem próximo, o Parque da Família.

A vereadora também confirmou que a Câmara estuda a instalação da Procuradoria da Mulher, após convite da deputada estadual Jannaina Riva para tratar do tema na Assembleia Legislativa. Segundo Paula, o espaço físico já está sendo preparado, e reuniões com a Procuradoria da Assembleia vêm sendo realizadas para estruturar a iniciativa.

Ainda durante a coletiva, a presidente da Câmara foi questionada sobre as principais pautas que pretende levar ao Governo do Estado. Entre elas, destacou a situação da Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá, cuja paralisação ela criticou veementemente.

“Sou contra o fechamento da Santa Casa. Além do seu valor histórico, não podemos perder leitos hospitalares. Precisamos, na verdade, aumentar a oferta de atendimento, e a Santa Casa é essencial nesse processo”, pontuou.

Outro tema sensível abordado foi a decisão judicial que suspende a isenção ilimitada de vagas no Sistema Verde de Estacionamento Rotativo Digital para idosos e pessoas com deficiência em Cuiabá. A medida, tomada pelo Órgão Especial da Corte no último dia 15 de maio, gerou revolta na vereadora.

“É uma decisão injusta. Esse direito já havia sido conquistado por idosos e PCDs, e agora estão sendo impedidos de estacionar gratuitamente no centro da cidade. Vamos buscar alternativas para tentar reverter essa situação”, declarou.

Por fim, Paula expressou preocupação com uma obra paralisada há mais de um ano no centro da cidade. Ela classificou a intervenção como essencial para o desenvolvimento urbano da capital e disse aguardar o posicionamento final dos vereadores que integram a CPI responsável por acompanhar o caso.



PREJUÍZOS PARA A NATUREZA

# Pesca predatória avança em Mato Grosso e acende alerta sobre risco à biodiversidade

**Mesmo após o fim do período de defeso, autoridades seguem combatendo a pesca ilegal nos rios de Mato Grosso; prática coloca em risco a biodiversidade aquática e pode gerar multas e prisão**

Ana Carolina Guerra | Da Redação

A pesca predatória, ou sobrepesca, como também é conhecida, consiste na atividade pesqueira realizada de forma desenfreada, excessiva e insustentável, sem considerar a capacidade de reposição natural das espécies aquáticas. Quando a pesca ultrapassa a capacidade populacional dos ecossistemas, os peixes não têm tempo suficiente para se reproduzir, o que compromete os estoques e ameaça a biodiversidade. Esse esforço descontrolado ganhou força entre os anos de 1950 e 1989, impulsionado pelo avanço de tecnologias que aumentaram a eficiência de captura.

Atualmente, os efeitos dessa prática já são sentidos mundialmente. Segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), 77% das espécies de valor comercial estão afetadas por diferentes níveis de sobrepesca, sendo 8% levemente, 17% em sobre-exploração e 52% em sobre-exploração máxima. As consequências incluem o desaparecimento de diversas espécies e o colapso de ecossistemas inteiros. Organizações ambientais e científicas alertam que a pesca predatória compromete não apenas a sustentabilidade dos recursos marinhos, mas também a segurança alimentar e econômica de milhares de comunidades.

Nos últimos meses, o estado de Mato Grosso voltou a registrar casos de pesca predatória, mesmo após o término do período de defeso, encerrado em 31 de janeiro de 2025. A prática ilegal, além de causar sérios danos ao meio ambiente, pode resultar em multas elevadas e até prisão. Em uma das ocorrências mais recentes, o Batalhão de Polícia Militar de Proteção Ambiental apreendeu 20 quilos de pescado irregu-

Fotos: Reprodução



lar na rodovia MT-040, no município de Santo Antônio de Leverger.

A apreensão ocorreu durante a Operação Tolerância Zero, quando policiais militares, em uma barreira montada na comunidade Praia do Poço, flagraram um condutor tentando fugir da fiscalização. Após perseguição, o veículo foi interceptado no estacionamento de um restaurante. No carro, os agentes encontraram 89 unidades de peixe da espécie pacupeva, fora da medida permitida por lei e sem autorização para transporte. O homem foi detido em flagrante e multado em R\$ 12 mil por crime ambiental. O pescado foi apreendido e encaminhado à Delegacia Especializada do Meio Ambiente (Dema).

Mesmo após o fim da piracema, a fiscalização segue intensa devido à vigência da Lei nº 12.197/2023, conhecida como Lei do Transporte Zero, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2024. A legislação proíbe, por cinco anos, o transporte, armazenamento e comércio de peixes oriundos dos rios estaduais, como medida de proteção dos recursos pesqueiros e combate à pesca predatória.

No âmbito estadual, a Lei estabelece multas e penalidades severas para os infratores, além de prever mecanismos de compensação para os pescadores que dependiam exclusivamente da atividade. Pro-

fissionais cadastrados nos sistemas Repesca e RGP, que comprovem residência em Mato Grosso e atuação exclusiva na pesca até a promulgação da lei, têm direito a um auxílio financeiro mensal equivalente a um salário mínimo, por três anos.

O Governo do Estado também oferece cursos de capacitação e qualificação por meio da Secretaria de Assistência Social e Cidadania (Setasc), voltados à inserção dos pescadores em atividades como turismo ecológico, pesca esportiva e aquicultura sustentável. Além disso, está disponível uma linha de crédito específica, por meio da agência Desenvolve MT, destinada ao financiamento de novas atividades econômicas para os pescadores beneficiários do programa Transporte Zero.

A legislação também especifica 12 espécies cuja pesca, transporte e comercialização são proibidos em qualquer época do ano: cachara, caparari, dourado, jaú, matrinhã, pintado/surubin, piraíba, piraputanga, pirarara, pirarucu, trairão e tucunaré. Algumas espécies exóticas podem ser pescadas e transportadas, desde que observadas as condições específicas dentro das bacias hidrográficas onde são consideradas invasoras.

Outras ações de fiscalização têm ocorrido com frequência em diversos pontos do estado.



**Nos últimos meses, o estado de Mato Grosso voltou a registrar casos de pesca predatória, mesmo após o término do período de defeso, encerrado em 31 de janeiro de 2025**

Durante patrulhamentos nos rios Cuiabá e Manso, por exemplo, equipes da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema-MT), com apoio da Polícia Militar, apreenderam redes de pesca e materiais utilizados na pesca predatória. Em muitos casos, os infratores fugiram ao perceberem a aproximação das equipes, abandonando os petrechos. O material apreendido foi encaminhado aos depósitos da Sema-MT e, quando em condições de consumo, o pescado foi destinado a instituições filantrópicas.

As autoridades alertam que a pesca predatória é um crime ambiental, com impactos diretos na biodiversidade aquática, no equilíbrio dos ecossistemas e na economia local, especialmente nos setores de turismo ecológico e pesca esportiva, atividades relevantes para o Pantanal mato-grossense.

## CANAL DE DENÚNCIAS

A população pode colaborar com o combate à pesca ilegal realizando denúncias anônimas pelos canais da Ouvidoria Setorial da Sema, pelos telefones **0800-65-3838, (65) 98153-0255, (65) 99281-4144** ou pelo e-mail **ouvidoria@sema.mt.gov.br**. Também é possível utilizar o aplicativo **MT Cidadão** para registrar ocorrências ambientais.

## ALERTA

# Do bar ao pronto atendimento: mortes repentinas escancaram falhas no sistema de saúde

**Casos recentes em Cuiabá reacendem debate sobre a prevenção de doenças cardiovasculares e neurológicas que podem levar à morte súbita, muitas vezes sem aviso prévio**

Maria Cardoso | Da Redação

Em Cuiabá foram registrados casos de morte recentes de mal súbito, um homem chamado Geovane Corrêa dos Santos, de 29 anos, após sentir fortes dores na cabeça e na barriga, após ser encaminhado para o PA, não resistiu e morreu. O caso aconteceu no dia 05 de maio.

O outro era um idoso que não teve nome divulgado, que estava em um bar e foi encontrado morto no local em abril, o que fez reacender o alerta sobre os perigos invisíveis que afetam o coração e o cérebro, e reforçando a necessidade de cuidados preventivos.

O fenômeno, que ocorre de forma inesperada e geralmente em indivíduos aparentemente saudáveis, tem acendido um alerta em toda a população e mobilizado especialistas em saúde.

Embora cada caso tenha suas particularidades, médicos afirmam que fatores como hipertensão, doenças cardiovasculares, aneurismas cerebrais e esforço físico sem acompanhamento adequado podem estar entre as causas mais comuns.

Em contato com o Ministério da Saúde, foi levantado dados de mortes em Mato Grosso de 2024 e 2025, visando as mortes de mal súbitos em Cuiabá.

Com o intuito de melhorar a qualidade do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), o Ministério da Saúde implantou o Programa “Redução do percentual de óbitos com causa mal definida”, visto que os altos percentuais de óbitos de causas mal definidas impedem o uso da informação sobre a causa da morte para determinar sua contribuição na mudança do padrão de mortalidade e o impacto nos diferentes grupos da população.

Fotos: Reprodução



**Em contato com o Ministério da Saúde, foi levantado dados de mortes em Mato grosso de 2024 e 2025, visando as mortes de mal súbitos em Cuiabá**

Os óbitos por causas mal definidas correspondem ao capítulo XVIII – Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório não classificados em outra parte (códigos R00-R99), da 10ª Revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID-10). Dentre estas causas mal definidas, encontra-se a morte por mal súbito (R95 e R96). De acordo com o quadro abaixo, verificamos que Cuiabá apresentou apenas 1 caso de morte por mal súbito em 2024 e 2 casos em 2025, conforme dados do SIM.

Embora seja frequentemente associado a episódios inesperados e fatais, o mal súbito costuma ter causas identificáveis e, em muitos casos, sinais prévios que podem ser observados com atenção. A condição, que pode atingir tanto pessoas idosas quanto jovens aparentemente saudáveis, está ligada principalmente a problemas cardiovasculares e neurológicos.

De acordo com especialistas, entre as principais causas do mal súbito estão o infarto agudo do miocárdio, as arritmias cardíacas graves, o Acidente Vascular Cerebral (AVC) e os aneurismas cerebrais. Condições menos

evidentes, como cardiopatias congênitas não diagnosticadas e, em alguns casos, epilepsia, também podem levar à parada repentina das funções vitais.

Além desses fatores clínicos, há também condições externas que podem funcionar como gatilhos. O uso de drogas, a desidratação, o estresse extremo, o calor excessivo e o esforço físico intenso sem acompanhamento médico são elementos que elevam o risco de uma crise súbita, principalmente em pessoas com predisposição genética.

Em determinadas situações, o corpo manifesta sintomas que funcionam como alertas antes do colapso. Os mais comuns incluem:

- Palpitações intensas e irregulares
- Dores no peito, principalmente durante esforço ou mesmo em repouso
- Falta de ar súbita
- Tonturas e desmaios frequentes
- Náuseas sem causa aparente
- Formigamento no braço esquerdo

Médicos alertam que mesmo sinais considerados leves podem indicar condições graves. A recomendação é procurar atendi-

mento médico o quanto antes ao notar esses sintomas.

Embora nem todos os casos de mal súbito possam ser evitados, a adoção de medidas preventivas é fundamental para reduzir os riscos. A principal delas é a realização de exames de rotina.

Conhecer o histórico familiar também é essencial. Antecedentes de morte súbita, infarto, AVC ou aneurismas devem ser discutidos com o médico, pois podem indicar maior propensão genética a eventos graves.

A orientação dos especialistas inclui ainda a adoção de hábitos saudáveis, como a prática regular de exercícios físicos moderados, alimentação equilibrada, e a evitação de cigarro, álcool em excesso e drogas.

Outra recomendação importante é evitar iniciar atividades físicas intensas sem avaliação médica prévia, especialmente para pessoas acima dos 40 anos.

Por fim, a mensagem é clara: não ignore os sinais do corpo. Tonturas, dores no peito, fadiga extrema, palpitações e desmaios devem ser investigados. Muitas vidas podem ser salvas com atenção, prevenção e acesso à informação.